

DE QUE MODO ELAS AGEM E RESISTEM? PERSONAGENS FEMININAS E AGÊNCIA EM *TORTO ARADO*, DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR

HOW DO THEY ACT AND RESIST? FEMALE CHARACTERS AND
AGENCY IN *TORTO ARADO*, BY ITAMAR VIEIRA JUNIOR

Giele Vieira dos Santos

Mestra em Letras - Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (Manaus/Brasil).
E-mail: gielesantos@gmail.com

Adriana Cristina Aguiar Rodrigues

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas. E-mail:
adrianaaguiar@ufam.edu.br

Recebido em: 22 de janeiro de 2026

Aprovado em: 24 de abril de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 2 | p. 168-192 | jul./dez. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4677>

RESUMO

Buscamos, neste artigo, analisar a agência das personagens femininas no romance *Torto arado* (2019), de Itamar Vieira Junior, para compreender de que maneira suas trajetórias contribuem para a construção de formas de resistência e emancipação diante das opressões de gênero, raça e classe. A análise, fundamentada em referenciais da crítica pós-colonial, dos estudos de gênero e do feminismo negro brasileiro, tem como foco personagens como Donana, Salustiana Nicolau, Belonísia, Crispina, Crispiniana e Maria Cabocla, a fim de evidenciar estratégias de resistência construídas por meio das relações comunitárias, da preservação da memória e das práticas culturais compartilhadas. De tal modo, argumentamos que o romance constrói uma representação crítica das mulheres negras rurais, conferindo centralidade às suas experiências e evidenciando formas de agência que tensionam estruturas coloniais, patriarcais e raciais historicamente consolidadas.

Palavras-chave: Torto arado. Feminismo negro. Agência feminina. Resistência.

ABSTRACT

In this article, we seek to analyze the agency of female characters in the novel *Torto arado* (2019), by Itamar Vieira Junior, to understand how their trajectories contribute to the construction of forms of resistance and emancipation in the face of gender, race, and class oppression. The analysis, grounded in post-colonial criticism, gender studies, and Brazilian Black feminism, focuses on characters such as Donana, Salustiana Nicolau, Belonísia, Crispina, Crispiniana, and Maria Cabocla, in order to highlight resistance strategies built through community relations, the preservation of memory, and shared cultural practices. Thus, we argue that the novel constructs a critical representation of rural Black women, giving centrality to their experiences and highlighting forms of agency that challenge historically consolidated colonial, patriarchal, and racial structures.

Keywords: Torto arado. Black feminism. Female agency. Resistance.

1 INTRODUÇÃO

A primeira publicação do romance *Torto arado* ocorreu em Portugal, após vencer o Prêmio Leya, em 2018. No Brasil, a história das irmãs Bibiana e Belonísia passou a ser conhecida pelo público em 2019, pela Editora Todavia. No ano seguinte, a obra recebeu os prêmios Jabuti e Oceanos, consolidando-se como um dos romances mais relevantes da literatura brasileira contemporânea. Em 2024, foi contemplado com o Prêmio *Montluc Résistance et Liberté*, na França. A narrativa já foi traduzida e publicada em diversos países, como México, Itália, Japão, Alemanha e França, ampliando o alcance internacional da obra e evidenciando a sua força literária aliada à temática social e humana. O autor Itamar Vieira Junior nasceu em Salvador, é geógrafo e possui mestrado e doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Além de *Torto arado*, publicou livros de contos, entre eles *A oração ao carrasco*, finalista do Prêmio Jabuti em 2017. Em 2023, lançou o romance *Salvar o fogo*, em 2024, publicou o livro infantil *Chupim* e, em 2025, lançou o romance *Coração sem Medo*.

Narrado em primeira pessoa por uma tríade de vozes femininas, *Torto arado* divide-se em três partes e conduz o leitor ao universo de uma comunidade quilombola situada na fazenda Água Negra. A partir das experiências das irmãs Bibiana e Belonísia, a narrativa constrói múltiplas perspectivas acerca da memória, da ancestralidade, da resistência e das relações de poder que atravessam a vida da comunidade. O romance é fortemente marcado por um recorte de gênero, evidenciando as experiências específicas das mulheres negras em contextos de opressão socioeconômica, racial e de gênero. Nesse sentido, a obra revela como os corpos femininos e o trabalho das mulheres são historicamente atravessados por desigualdades estruturais, mas também como esses mesmos sujeitos elaboram formas de resistência, cuidado coletivo e transmissão de saberes ancestrais.

É justamente nesse contexto que emerge a noção de agência, conceito a partir do qual fundamentamos a análise de *Torto arado* que aqui propomos. No artigo “Tecendo fios entre interseccionalidade, agência e capacidades na teoria sociológica” (2021), Márcio Souza, Silvana Mariano e Lina Ferreira discutem a interconexão entre interseccionalidade, agência e capacidades no campo da teoria sociológica. Segundo os autores, a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica capaz de compreender como diferentes marcadores sociais – como gênero, raça e classe – articulam-se na produção das experiências de opressão e privilégio. A agência, por sua vez, relaciona-se às possibilidades de ação dos sujeitos diante dessas estruturas, evidenciando como escolhas individuais e coletivas são condicionadas, mas não totalmente determinadas, pelas relações sociais.

A discussão sobre a noção de agência também aparece no artigo “Teorias sociais sobre agência: contribuições do feminismo negro e da abordagem das capacidades” (2018), no qual Souza, Mariano

e Ferreira argumentam que o feminismo negro oferece uma perspectiva interseccional capaz de compreender como raça, gênero e classe moldam simultaneamente experiências de opressão e resistência. Nessa perspectiva, a agência não se restringe à ação individual, mas se manifesta também em práticas coletivas de sobrevivência, enfrentamento e criação de alternativas diante da exclusão social.

Por sua vez, no texto “Em busca de si: construindo agência e autonomia feminina em contextos de pobreza” (2024), Silvana Mariano, Lina Ferreira e Márcia Tavares analisam como mulheres em situação de vulnerabilidade social constroem formas de autonomia mesmo em contextos marcados pela desigualdade e pela exclusão. As autoras defendem que a autonomia feminina não constitui um estado absoluto, mas um processo contínuo de negociação, resistência e elaboração de estratégias de sobrevivência. Assim, a agência feminina manifesta-se na capacidade de criar alternativas, estabelecer redes de cuidado e transformar, ainda que parcialmente, as condições materiais e simbólicas que limitam suas existências.

Embora relacionados, agência e emancipação não são termos equivalentes. Enquanto agência refere-se à capacidade dos sujeitos de agir, negociar e produzir alternativas mesmo em contextos restritivos, a emancipação diz respeito aos processos de ampliação da autonomia e de transformação das condições que limitam suas existências. Nesse sentido, compreendemos que, em *Torto arado*, as práticas desenvolvidas pelas personagens femininas nem sempre produzem emancipação plena, no sentido estrutural, sobretudo, mas constituem movimentos, agência, que ampliam possibilidades de pertencimento, reconhecimento e autodeterminação.

Metodologicamente, o artigo caracteriza-se por uma abordagem crítico-interpretativa, fundamentando-se na crítica pós-colonial, em diálogo com os estudos de gênero e do feminismo negro, para a análise do romance *Torto arado* (2019), de Itamar Vieira Junior. Assim, o procedimento crítico-interpretativo se orienta pela investigação das personagens femininas e de suas experiências no interior da narrativa, buscando compreender de que modo práticas de cuidado, bem como a herança cultural, a espiritualidade, a memória e o pertencimento territorial constituem formas de ação e enfrentamento diante das opressões de raça, gênero e classe representadas na obra.

O foco de análise reside em personagens como Donana, Salustiana Nicolau, Belonísia, Crispina, Crispiniana e Maria Cabocla, buscando dissecar os modos como elas constroem formas de ação diante dos mecanismos de opressões. Para tanto, buscamos, inicialmente, discutir os fundamentos teóricos do feminismo negro e da interseccionalidade. Após, detemo-nos na análise das estratégias de enfrentamento construídas pelas personagens femininas, correlacionando-as com o papel da memória, dos saberes ancestrais, da espiritualidade e das relações comunitárias na constituição dessas práticas de agência e emancipação.

2 A AGÊNCIA DAS PIONEIRAS

A história do feminismo negro no Brasil está ligada à trajetória das mulheres em diferentes épocas, em diálogo com outros movimentos sociais e com debates desenvolvidos em nível global, pois integra um projeto político que busca dar visibilidade às experiências e práticas femininas silenciadas ao longo da História. Nesse contexto, desde aquelas que foram sequestradas da África para serem escravizadas no Brasil colonial até as trabalhadoras quilombolas que vivem esquecidas nos sertões do país atual, nota-se que a marginalização das mulheres negras persiste como um traço estrutural da sociedade brasileira. A despeito das transformações históricas e, ainda que se reconheçam avanços em políticas mitigadoras, não são raras notícias de violência, opressão e subordinação da população negra, sobretudo das mulheres, evidenciando que essas práticas possuem raízes profundas no passado colonial.

O quadro pode ser mais bem compreendido pelo contexto histórico, social e racial específico do Brasil. No início do século XIX, enquanto mulheres que se identificavam como feministas em diversos países da Europa e nos Estados Unidos já se organizavam pela conquista do direito ao voto, entre muitos outros direitos, no Brasil, as mulheres apenas começavam a ser autorizadas a frequentar a escola (Duarte, 2019). Esse acesso, contudo, era extremamente restrito: apenas as mulheres brancas, pertencentes a famílias com posses, tinham essa possibilidade. Já as mulheres negras e indígenas seguiam relegadas aos serviços domésticos, ao trabalho na lavoura ou a outras atividades braçais, ocupando, assim, a posição mais baixa da pirâmide social por muito tempo.

Nesse contexto, à medida que os estudos de gênero vão se consolidando em diversos países, as experiências e a agência de mulheres negras na busca por seus direitos ganham destaque. No Brasil, ativistas e militantes negras também assumem a luta, com desdobramentos que reverberam em diferentes áreas de suas vidas, inclusive no campo da ficção. Tal cenário nacional, dialoga, em certa medida, com o cenário norte-americano, mais especificamente o das décadas de 1980 e 1990, quando mulheres negras vinculadas ao ativismo político passaram a recorrer à abordagem interseccional para denunciar as múltiplas opressões por elas vivenciadas, relacionadas à raça, à classe e ao gênero. A discriminação de gênero, inclusive, era vivenciada também dentro dos próprios movimentos negros. Conforme Mariléa de Almeida (2022, p. 66),

Nos Estados Unidos, a partir da luta pelos direitos civis, as militantes negras passaram a denunciar a dupla invisibilidade de suas demandas dentro dos movimentos antirracistas e dos movimentos feministas. Essa situação materializava-se, inclusive, na linguagem. O vocábulo “negro”, no discurso dos movimentos antirracistas, era sinônimo de homens negros, ao passo que a palavra “mulher”, no discurso feminista da época, significava mulheres brancas [...].

A autora evidencia como a marginalização das mulheres negras se produzia não apenas nas práticas políticas, mas também nos próprios discursos que deveriam representá-las. Ao mostrar que as demandas dessas mulheres não eram contempladas nem pelos movimentos antirracistas nem pelos feministas, Almeida revela a necessidade de uma perspectiva que articule simultaneamente raça e gênero, fundamento incontornável para o desenvolvimento da interseccionalidade. Dessa forma, a crítica dessas militantes expôs a limitação das categorias políticas da época e abriu caminho para novas formas de pensar e enfrentar as desigualdades que atravessam suas vidas.

Como dizíamos, no contexto brasileiro, as feministas negras também buscaram desenvolver abordagens interseccionais que, em diálogo com as formulações desenvolvidas no cenário estadunidense, evidenciaram a persistente invisibilização das demandas das mulheres negras, tanto no interior dos movimentos negros quanto nos espaços do feminismo hegemônico. Segundo Almeida (2022), essas análises permitiram compreender de que modo as opressões de raça, gênero e classe operam de forma articulada, produzindo hierarquias internas que marginalizam as experiências e reivindicações das mulheres negras.

Nesse sentido, podemos compreender que a atuação dessas intelectuais e ativistas não se restringiu à denúncia das desigualdades estruturais, mas implicou uma reconfiguração dos espaços de poder, de representação e de produção discursiva. Suas práticas políticas contribuíram para o deslocamento de narrativas dominantes e para a construção de novas formas de enunciação, fundamentadas na experiência histórica e social das mulheres negras. A partir da década de 1980, observa-se, portanto, um fortalecimento das abordagens interseccionais no Brasil, materializado no surgimento das primeiras organizações sociais voltadas especificamente às demandas das mulheres negras, o que configura um marco na consolidação de um feminismo negro autônomo, politicamente articulado e teoricamente fundamentado (Almeida, 2022).

Do ponto de vista teórico, para as feministas Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a interseccionalidade analisa de que maneira as dinâmicas interligadas de poder afetam as relações sociais em diferentes contextos, assim como as vivências individuais no cotidiano. Enquanto instrumento analítico, essa perspectiva parte do entendimento de que marcadores sociais como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e idade, entre outros, não atuam de forma isolada, mas se articulam e se constituem mutuamente. Dessa forma, a interseccionalidade possibilita compreender e interpretar a complexidade da realidade social, dos sujeitos e das experiências humanas. Ainda de acordo com Almeida (2022, p. 71),

[...] desde a década de 1980, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, os feminismos negros, apesar de não possuírem homogeneidade teórica, transformaram a interseccionalidade na principal ferramenta teórica e política de suas práticas, já que sua preocupação central é denunciar a tripla opressão sofrida pelas mulheres não brancas.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que é por meio da luta e da palavra – oral ou escrita – que as feministas negras constroem um projeto de emancipação voltado à reivindicação da igualdade de oportunidades: o direito à escola, à formação acadêmica e profissional, à participação política, à escrita literária reconhecida por sua qualidade e valor estético, bem como à liberdade em sentido amplo. Assim, muitos dos avanços relacionados à inserção e à visibilidade da mulher negra resultam da atuação de mulheres que, historicamente, contribuíram para a ampliação desses espaços.

No contexto da consolidação do feminismo negro organizado no Brasil, a trajetória intelectual e política de Lélia Gonzalez ocupa posição central. Filósofa, antropóloga, professora e militante do movimento negro, Gonzalez desenvolveu uma produção intelectual marcada pela articulação entre teoria e prática política, tornando-se referência fundamental para os estudos sobre raça, gênero e classe no Brasil. Cofundadora do Movimento Negro Unificado, a autora problematizou a exclusão histórica das mulheres negras e indígenas tanto no interior do feminismo tradicional quanto na própria sociedade brasileira. Conforme observa Catarina Martins (2020), seu pensamento caracteriza-se pelo enfrentamento das hierarquias acadêmicas e pela valorização das experiências históricas da população negra.

Entre suas principais contribuições, destaca-se o conceito de “amefricanidade”, formulado como crítica à centralidade estadunidense presente em expressões como “afro-americano” e “africano-americano”. Para Gonzalez (2020), a noção de amefricanidade permite compreender as conexões históricas e culturais entre os povos negros da diáspora nas Américas, valorizando as experiências afro-latino-americanas e rompendo com linguagens marcadas pelo racismo e pela colonialidade. Assim, seu pensamento constitui importante ferramenta para compreender formas de resistência e construção identitária das populações negras no continente.

De modo semelhante, Beatriz Nascimento contribuiu significativamente para os debates sobre identidade negra, território e resistência. Suas reflexões sobre os quilombos ultrapassam a dimensão histórica e os compreende como espaços políticos de preservação cultural, memória coletiva e afirmação identitária. Conforme afirma a autora, o quilombo representa “um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira” (Nascimento, 2021, p. 167). Nesse sentido, suas contribuições permitem pensar o território não apenas como espaço físico, mas também como espaço simbólico de pertencimento e resistência.

Além delas, intelectuais como Conceição Evaristo e Sueli Carneiro ampliaram os debates do feminismo negro contemporâneo ao problematizarem as desigualdades raciais e de gênero presentes na sociedade brasileira. Enquanto Evaristo evidencia, em sua produção literária, as experiências cotidianas da população negra e os processos de silenciamento histórico, Carneiro se destaca por sua atuação intelectual e política na defesa dos direitos das mulheres negras, sobretudo por meio do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Também se destacam pesquisadoras contemporâneas como Mariléa de Almeida e Mirian Cristina dos Santos, cujas pesquisas discutem as experiências históricas e contemporâneas das mulheres negras e quilombolas. Seus trabalhos contribuem para ampliar a compreensão acerca das formas de resistência, agência e produção intelectual negra no Brasil contemporâneo.

Evidenciar esse percurso teórico e intelectual torna-se fundamental para a compreensão de *Torto arado*, uma vez que o enredo do romance potencializa importantes interlocuções com as formulações do feminismo negro e com os debates acerca das relações entre raça, gênero e classe. Ainda que se trate de uma obra de autoria masculina, a narrativa distancia-se das configurações historicamente hegemônicas do cânone literário brasileiro ao conferir protagonismo a mulheres negras e pobres, cujas experiências estruturam a dimensão estética e política do romance. Ao inscrever essas personagens como sujeitos de memória, resistência e enunciação, a obra tensiona representações historicamente marginalizadas e evidencia formas de agência construídas no interior das relações de opressão.

Nesse contexto, a agência manifesta-se não apenas em ações explícitas de enfrentamento, mas também em práticas cotidianas de cuidado, preservação da memória, manutenção dos vínculos comunitários e afirmação da ancestralidade. De tal modo, vislumbramos, em *Torto arado*, a constituição de uma representação crítica das experiências femininas negras rurais, evidenciando processos de resistência e emancipação atravessados por tensões, ambiguidades e permanências históricas ligadas às ruínas coloniais e às desigualdades raciais.

As contribuições de Patricia Hill Collins (2019) e Audre Lorde (2019) permitem compreender que a ação das mulheres negras, historicamente construídas, não se manifesta apenas em enfrentamentos diretos às estruturas de poder. A maternagem (inclusive compartilhada), a autodefinição, a autoavaliação e o erótico (como fonte profunda de conhecimento, alegria e poder), interpretadas de forma crítica e na perspectiva das duas autoras, constituem dimensões complementares desse processo, pois envolvem formas políticas de construção da autonomia, de produção e transmissão intergeracional de conhecimento sobre si e de fortalecimento dos vínculos comunitários. Assim, compreendemos, com base em Collins (2019) e em Lorde (2019), que as práticas de cuidado, os gestos de solidariedade, a afirmação

da subjetividade e a reivindicação do prazer podem ser entendidos como expressões distintas, porém articuladas, da ação feminina negra.

3 DA AGÊNCIA DAS PIONEIRAS FEMINISTAS NEGRAS À AGÊNCIA DAS PERSONAGENS FEMININAS EM *TORTO ARADO*

A literatura, enquanto espaço simbólico, reproduziu historicamente hierarquias raciais e de gênero, relegando mulheres negras a posições secundárias e frequentemente estereotipadas. Durante muito tempo, sobretudo na literatura brasileira produzida até o século XX, essas personagens foram representadas como escravizadas, empregadas domésticas, objetos sexuais ou figuras marginais nas narrativas. Tal perspectiva foi construída majoritariamente por autores brancos inseridos em espaços socialmente privilegiados, contribuindo para a consolidação de representações que pouco consideravam a subjetividade e a capacidade de ação de sujeitos historicamente marginalizados, aquilo que Gayatri Chakravorty Spivak (2010) denomina como o "Outro".

Nesse contexto, Beatriz Nascimento (2021) já denunciava, na década de 1970, a permanência de representações limitadas da população negra na literatura brasileira, especialmente no que se refere às mulheres negras, frequentemente associadas a papéis subalternizados. Para a autora, o apagamento dessas experiências contribui para a manutenção do racismo estrutural e para a invisibilização das trajetórias históricas da população afro-brasileira.

Contudo, observa-se, na contemporaneidade, um movimento de deslocamento dessas representações, sobretudo por meio da literatura negro-brasileira, que passa a conferir centralidade a narrativas protagonizadas por sujeitos afrodiaspóricos. É nesse cenário que se insere *Torto arado*, obra que atribui protagonismo a mulheres negras e pobres, abrindo espaço que para mulheres de papel narrem suas próprias experiências e as vivências coletivas da comunidade quilombola de Água Negra. Ao longo da narrativa, as personagens femininas constituem-se como o eixo central do romance, revelando diferentes formas de resistência diante das desigualdades de raça, gênero e classe. Personagens como Donana, Salustiana Nicolau, Belonísia, Crispina e Crispiniana elaboram estratégias cotidianas de sobrevivência e enfrentamento, sustentadas pelos vínculos comunitários, pela ancestralidade, pela espiritualidade e pela esperança de transformação social.

Em nosso modo de compreender, o romance evidencia que a atuação dessas mulheres se manifesta não apenas em ações explícitas de resistência, mas também na preservação da memória, do cuidado coletivo e da permanência no território, configurando formas de reexistência diante das estruturas

históricas de opressão. Assim, iniciamos esta análise pela personagem cuja trajetória tem bastante relevância, como observamos no excerto a seguir:

Minha, avó Donana, foi quem ajudou minha mãe. Era nossa avó, mas também nossa mãe de pegação. Esse era o título que dizia qual era o seu lugar em nossas vidas: avó e mãe. Quando deixamos o ventre de Salustiana Nicolau [...] encontramos primeiro as mãos pequenas de Donana. Foi o primeiro espaço no mundo fora do corpo de Salu que ocupamos. Suas mãos côncavas que muitas vezes vi se encherem de terra, de milho debulhado e feijão catado. Eram mãos pequenas, de unhas aparadas, como deveria ser a mão de uma parteira, dona Tonha dizia. Pequenas, capazes de entrar no ventre de uma mulher para virar com destreza uma criança atravessada, mal encaixada, crianças com os movimentos errados para nascer. Ela faria os partos das trabalhadoras da fazenda até poucos dias antes de sua morte (Vieira Junior, 2019, p. 21).

Quem apresenta Donana é Bibiana – a primeira narradora – e nos mostra como a avó ocupa um lugar de relevância, não apenas como figura familiar, mas como eixo organizador das relações de cuidado e pertencimento. Ao ser nomeada como avó e, ao mesmo tempo, “mãe de pegação”, a diegese evidencia uma forma de maternidade que perpassa os vínculos biológicos e se constrói a partir da prática cotidiana do cuidado. Essa dupla nomeação define o seu lugar na família e aponta para uma organização social em que a sobrevivência depende da partilha de funções maternas. Nesse sentido, a personagem Donana aproxima-se das reflexões de Patricia Hill Collins (2019, p. 357) sobre a maternagem nas comunidades afro-americanas, nas quais é comum que mulheres sejam nomeadas como “mãe de criação”:

As mães de criação da comunidade trabalham em prol da comunidade negra, demonstrando a ética do cuidado e da responsabilidade pessoal. Esse poder é transformador na medida em que a relação das mulheres negras com as crianças e outros membros vulneráveis da comunidade não visa dominar ou controlar. Ao contrário, o objetivo é unir as pessoas [...] de modo que os membros mais vulneráveis da comunidade sejam capazes de alcançar a autonomia e a independência essenciais para a resistência.

Para a autora, as mães de criação assumem um lugar de grande importância tanto na vida dos filhos que elas cuidam quanto na comunidade como um todo, uma vez que sua atuação ocupa uma posição central na organização comunitária. É nesse sentido que Donana se insere na narrativa, simbolizando uma maternidade expandida, marcada não apenas pelo afeto, mas também pela sustentação material e emocional da comunidade familiar. Nas comunidades afro-americanas, a “mãe de criação” não é necessariamente parente biológica das crianças que acolhe; esse vínculo se estabelece a partir do cuidado assumido com os filhos de outras mulheres que necessitam de ajuda, configurando uma verdadeira rede

de apoio que “trabalha em prol da comunidade”. Já a “mãe de pegação”, em *Torto arado*, representa o primeiro contato da criança com o mundo exterior ao corpo da mãe biológica, sendo suas mãos o primeiro espaço habitado após o nascimento, vínculo que se estende ao longo da vida, como evidencia a narrativa.

Por conseguinte, a recorrência da imagem das mãos de Donana como visto no excerto, adquire relevância simbólica. São mãos pequenas, côncavas, de unhas aparadas, associadas tanto ao ato de acolher a vida quanto ao trabalho na terra. As mesmas mãos que recebem os recém-nascidos são aquelas que se enchem de terra, de milho debulhado e de feijão catado. Essa justaposição aproxima nascimento, trabalho e subsistência, revelando uma concepção de vida indissociável do esforço físico e da relação com a terra para essa personagem quilombola. Como parteira, Donana intervém em situações de risco, corrigindo o que está “atravessado” ou “mal encaixado”, evidenciando assim um saber prático, construído na experiência e transmitido pela tradição, reconhecido pelas mulheres da comunidade e das redondezas da fazenda. Mesmo na velhice, ela permanece exercendo essa função, realizando partos até poucos dias antes de sua morte.

Após a morte de Donana, sua nora, Salustiana Nicolau, assume o posto de parteira da comunidade. A transmissão desse conhecimento entre gerações evidencia que o cuidado não se limita a uma prática individual, mas constitui uma herança coletiva sustentada pelas mulheres da comunidade. Nesse sentido, a trajetória de Salu, como é chamada pelos familiares, é marcada pelo trabalho, pelo cuidado e pela preservação dos saberes ancestrais, elementos que revelam sua atuação não apenas como personagem secundária ou como esposa de Zeca Chapéu Grande, mas como sujeito ativo na sustentação material, espiritual e afetiva da comunidade. Enquanto o marido realiza curas e conduz os rituais do Jarê, é Salu quem acompanha os enfermos no cotidiano, preparando alimentos, oferecendo abrigo e cuidando daqueles que permanecem em sua casa durante os tratamentos.

Ao longo da narrativa, Salu enfrenta diferentes experiências de sofrimento — a fome, a seca, o acidente das filhas, a morte do marido e as disputas pela permanência na terra. Ainda assim, permanece como figura central na organização comunitária. Sua representatividade ultrapassa a esfera cotidiana: se Zeca Chapéu Grande se torna conhecido como curador e mediador dos conflitos entre os trabalhadores, muito disso se deve à força de sua mãe, Donana, e, sobretudo, à dedicação diária de sua companheira, Salustiana Nicolau.

Por isso, após a morte de Zeca Chapéu Grande, sua atuação torna-se ainda mais significativa, sobretudo diante das tentativas de apagamento das práticas culturais da comunidade pelos novos proprietários da fazenda. O momento mais explícito de resistência da personagem ocorre quando Estela — a mulher do novo proprietário — e um pastor visitam sua casa com o objetivo de substituir as práticas

do Jarê pela religião cristã institucionalizada. A cena representa um confronto entre diferentes formas de compreender o mundo: de um lado, a espiritualidade construída historicamente pelos trabalhadores da fazenda; de outro, a religião apresentada como modelo legítimo a ser seguido. Diante da tentativa de silenciamento de suas crenças, Salu rompe com a posição historicamente esperada dos moradores da fazenda – a da obediência – ao afirmar sua permanência naquele território:

[...] ‘Olha, dona’, interrompeu Salu antes que a mulher continuasse a sua pregação, ‘eu não tenho muita letra nem estudo, mas quero que a senhora entenda uma coisa. Eu não sou a única a morar nesta terra. Muitos desses moradores que vocês querem mandar embora chegaram muito antes de vocês. Cheguei aqui moça e jovem. Aqui vivi, criei meus filhos, labutei com meu marido, vi meus vizinhos e compadres serem enterrados, lá no cemitério que vocês fecharam. Fui parida, mas também pari esta terra [...] Vocês podem até me arrancar dela como uma erva ruim, mas nunca irão arrancar a terra de mim’ (Vieira Junior, 2019, p. 228-229).

A fala de Salu evidencia uma importante estratégia de resistência: a utilização da memória e da experiência como formas de legitimação de sua existência naquele espaço. Ao afirmar que viveu, trabalhou, criou os filhos e enterrou seus mortos em Água Negra, a personagem reivindica pertencimento e rompe simbolicamente com a lógica que reduz os trabalhadores rurais a sujeitos descartáveis. Sua fala revela consciência de sua trajetória e da violência histórica que marca a comunidade em que vive. Nesse sentido, a resistência de Salu aproxima-se das reflexões de Gonzalez (2020) sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao racismo estrutural. Para a autora:

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores (Gonzalez, 2020, p. 44).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que, mais uma vez, Salu rompe com esse processo de silenciamento ao assumir a própria voz e afirmar sua história. Em *Torto arado*, a personagem representa a mulher negra que, mesmo atravessada por diferentes formas de opressão social e racial, transforma sua experiência em instrumento de resistência, enfrentamento e permanência. Conforme aponta Gonzalez, mulheres negras historicamente ocuparam posições fundamentais na sustentação das famílias e das comunidades, construindo estratégias de sobrevivência diante das desigualdades impostas pelo racismo estrutural.

Por outro lado, na cena de enfrentamento de Salu com Estela, vemos um momento de confronto direto entre duas visões de mundo: de um lado, a religiosidade tradicional praticada por Salustiana Nicolau e pela comunidade, representada pelo Jarê; de outro, a religião cristã institucionalizada, trazida pelos novos donos da fazenda como forma de controle e imposição cultural. Esse momento em que Salustiana se opõe à imposição religiosa dialoga diretamente com a crítica de Frantz Fanon ao papel da Igreja no período colonial. Em *Os Condenados da Terra* (2022), o autor afirma que:

A igreja nas colônias é uma igreja de brancos, uma igreja de estrangeiros. Chama o homem colonizado não para o caminho de Deus, mas para o caminho do branco, para o caminho do senhor, para o caminho do opressor. E, como se sabe, nessa história são muitos os chamados e poucos os escolhidos (Fanon, 2022, p. 39).

Nessa perspectiva, a religião cristã, quando imposta, funciona como extensão da ordem colonial, legitimando a dominação e silenciando práticas culturais e espirituais locais. Essa dinâmica se manifesta na narrativa, em que a visita do pastor à casa de Salu assume um caráter de autoridade simbólica, visando substituir o Jarê por uma religião institucionalizada, vinculada aos interesses dos novos proprietários da fazenda. Conforme aponta Fanon, a religião opera, nesse contexto, como instrumento de controle ideológico, regulando crenças, comportamentos e a relação com o território, pois fica subentendido que quem não se adequar às novas regras da fazenda, será mandado embora dela, ficando relegado a pedir morada em outra fazenda.

As formas de resistência presentes em Salustiana Nicolau ajudam a compreender como, em *Torto arado*, a construção identitária das personagens ocorre a partir das experiências compartilhadas dentro da comunidade. Em um contexto marcado pela desigualdade, pela exclusão social e pela violência estrutural, os sujeitos da narrativa crescem em um espaço que limita não apenas o acesso a bens materiais, mas também as possibilidades simbólicas de reconhecimento de si. Nesse sentido, o processo de autoconhecimento apresentado no romance não ocorre apenas na relação com o território habitado, mas, sobretudo, no contato com o outro semelhante, isto é, aquele que compartilha as mesmas condições de existência.

O dessemelhante, nesse espaço social, é representado pelo proprietário da fazenda, figura que ocupa uma posição de poder e permanece distante da realidade vivida pela comunidade. Assim, são as relações construídas entre os próprios trabalhadores rurais que possibilitam o reconhecimento coletivo e a elaboração de formas de pertencimento e identidade. É nesse cenário que ocorre o encontro das irmãs Bibiana e Belonísia – narradoras-protagonistas – com as gêmeas Crispina e Crispiniana. Tal acontecimento revela uma dimensão simbólica importante do processo de descoberta identitária, uma vez que o contato

com o outro funciona como espelho e possibilita o reconhecimento de si, como podemos observar no trecho a seguir:

Cripina e Cripiniana eram as únicas gêmeas do povoado e as primeiras que me lembro de ter tido contato. Era algo misterioso olhar para as duas mulheres jovens, recém-saídas da adolescência. Espelho não era coisa comum por ali. Havia o pedaço de espelho de Donana, que podíamos admirar vez ou outra [...]. Mas espelho mesmo, acessível para nos observarmos, era apenas o espelho d'água dos rios com seu líquido escuro e ferruginoso, onde nos víamos negras num espelho também negro, talvez criado para nos descobrirmos [...]. Cripina e Cripiniana caminhavam juntas, lado a lado, como um duplo da outra. Como um espelho com profundidade, comprimento e altura, mas sem as bordas quebradas como o que pertenceu a Donana, ou as margens de areia e mata que emolduravam nossa imagem nas águas do rio (Vieira Junior, 2019, p. 32).

Segundo Chevalier e Gheerbrant (2016, p. 339), “o espelho reflete a verdade, a sinceridade, o conteúdo do coração e da consciência”, revelando aquilo que os olhos exteriores não alcançam, mas que se manifesta no plano interior do sujeito. A partir disso, compreende-se o papel das gêmeas Cripina e Cripiniana como personagens de grande densidade na construção narrativa. Como duplo uma da outra, elas surgem como um espelho vivo, capaz de provocar inquietações profundas relacionadas à existência, à identidade e ao pertencimento; inquietações que atravessam a narradora ao apresentá-las. Em um espaço onde o espelho físico se encontra ausente ou fragmentado, conforme evidencia a narrativa, a imagem refletida deixa de constituir apenas uma questão de aparência e passa a representar uma busca subjetiva por reconhecimento.

A ausência do objeto material é compensada pela presença do outro, que funciona como reflexo simbólico de si. O espelho d'água do rio, escuro e ferruginoso, não reflete apenas a forma física dos corpos, mas carrega marcas de ancestralidade, memória e história coletiva. Esse mesmo rio, que substitui o espelho material, torna-se um espelho sem moldura, inteiro e profundo, refletindo as personagens exatamente como elas são. Nesse espelhamento, revelam-se verdades interiores ligadas à identidade negra, à herança ancestral e ao reconhecimento de si em meio às marcas históricas e simbólicas que atravessam a experiência coletiva da comunidade Água Negra, mas também a trajetória dos descendentes da diáspora africana.

Entretanto, a imagem de unidade e espelhamento construída em torno das gêmeas não permanece intacta ao longo da narrativa. Se, inicialmente, Cripina e Cripiniana representam a continuidade uma da outra, como reflexos inseparáveis, posteriormente essa ligação é atravessada pelo conflito e pela ruptura. O duplo, antes associado ao reconhecimento e ao pertencimento, passa então a evidenciar

tensões emocionais profundas, revelando a fragilidade dos vínculos humanos diante do desejo, da perda e do sofrimento.

Uma das gêmeas encontra-se em estado de loucura e, por isso, vai parar na casa do curador da comunidade, Zeca Chapéu Grande. Em meio à tentativa de descobrir o mal que teria conduzido uma das gêmeas a esse estado, descobre-se que ambas se apaixonaram pelo mesmo homem. Tal sentimento desencadeia uma ruptura entre elas, levando uma das irmãs a perder o controle sobre as próprias emoções, o que é mencionado na narrativa com o termo loucura. Entende-se que esse termo é utilizado para caracterizar algo que as personagens não conseguem discernir, de fato, pois só conhecem pelo senso comum que uma pessoa se torna louca após sofrer um choque tão grande e não saber controlar as suas emoções, como ocorre com Crispina. Assim a narradora conta como as gêmeas chegaram à sua casa: “ao se aproximarem da porta de nossa casa, Crispina tombou no chão. Estava suja, tinha um cheiro ruim de suor, urina e flores mortas. Vi o horror se instaurar nos olhos de minha mãe.” (Vieira Junior, 2019, p. 33).

Crispina encarna, no romance, a experiência da marginalização feminina diante da ruptura com as normas afetivas e sociais impostas às mulheres. Ao “perder o juízo” após flagrar o homem amado com a própria irmã, sua loucura não é tratada como sofrimento legítimo, mas como desvio que precisa ser contido. Seu corpo sujo, malcheiroso e errante torna-se marca visível de sua exclusão, afastando-a do espaço doméstico e do convívio social. Já o cemitério simboliza esse lugar liminar ao qual a mulher transtornada é relegada. A reação da família, especialmente do pai, que a amarra e a entrega ao curador, evidencia a resposta patriarcal à desordem feminina: em vez de escuta ou cuidado, impõe-se o controle físico e a tutela masculina.

Assim, a diegese associa loucura e gênero, revelando como a mulher que não suporta ou não aceita a violência emocional das relações impostas é rapidamente empurrada para as margens, transformada em corpo a ser dominado e silenciado. Todavia, temos de considerar que, para o pai da personagem, levar a filha à casa do curador é a melhor solução, pois mediante as circunstâncias que esses sujeitos-personagens vivem, sem conseguir discernir de fato o que se passa aos seus, a única solução mais válida é a cura através da própria crença que o praticam.

Dessa forma, longe de instituições psiquiátricas ou diagnósticos médicos, a narrativa apresenta a espiritualidade coletiva como forma de cuidado e acolhimento. Em *Água Negra*, o tratamento não se baseia em remédios, mas na força simbólica do sagrado e da comunidade: “eram pessoas desconectadas de seu eu, desconhecidas de parentes e de si [...] famílias que depositavam suas esperanças nos poderes de Zeca Chapéu Grande” (Vieira Junior, 2019, p. 33). O curador, com o apoio de sua esposa e filhas,

representa uma rede de cuidado que se constrói a partir da solidariedade e do compartilhamento da dor. A cura da personagem evidencia a força dos vínculos comunitários, nos quais os sujeitos, mesmo atravessados pela opressão e pelo abandono institucional, sustentam-se mutuamente.

Nesse contexto permeado pelo sagrado e pelo místico, as gêmeas engravidam, mas apenas um dos filhos sobrevive. O leite de uma delas seca, e a criança passa a ser amamentada pela outra, que vive o luto. Estabelece-se, assim, um laço simbólico e profundo entre as duas: uma gera, a outra nutre. Ambas se tornam mães do mesmo filho, completando a metáfora do espelho e do duplo. Além disso, esse episódio – o ato de Crispina amamentar o filho da irmã – transcende o vínculo de sangue e revela um sentido mais amplo de coletividade: olhar para o outro e enxergar a si, reconhecer a dor alheia como própria e oferecer o que se tem como se fosse tudo, ainda que seja pouco.

Em um contexto de opressão, a narrativa evidencia que a resistência também nasce da solidariedade, da partilha, do cuidado e do amor que circula entre aqueles que, apesar de tudo, seguem vivos. É nesse movimento coletivo que o protagonismo dessas personagens se torna cada vez mais acentuado, pois elas encontram umas nas outras formas de sobrevivência e fortalecimento diante das violências que enfrentam. Nesse sentido, a reflexão de bell hooks contribui para compreender como a união entre mulheres pode romper estruturas de isolamento e rivalidade historicamente impostas: “Fomos ensinadas que nossas relações umas com as outras não nos enriquecem, mas, pelo contrário, deixam-nos ainda mais pobres. Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas ‘naturais’ umas das outras, que solidariedade nunca irá existir entre nós porque não sabemos e nem devemos nos unir” (hooks, 2019, p. 79). Dessa forma, a solidariedade presente na narrativa configura-se como um gesto de resistência e de reconstrução da subjetividade dessas personagens.

Contudo, não se pode invisibilizar a dor da gêmea que perde o filho, ainda que tenha amamentado o sobrinho de forma instintiva e solidária. Na disputa pelo mesmo homem, Crispina enlouquece, cura-se, casa-se e engravida; porém, é ela quem perde o filho. Após o nascimento da criança natimorta, todos temem uma possível recaída ao estado de “loucura”. No entanto, ocorre justamente o contrário: Crispina doa-se ao sobrinho e, de certa forma, também à irmã, transformando a perda em gesto de cuidado e reafirmando a dimensão coletiva da maternidade que atravessa a narrativa.

Essa experiência contraditória da maternidade pode ser compreendida à luz das reflexões de Collins (2019, p. 361), ao afirmar que “a maternidade negra é uma instituição fundamentalmente contraditória”. Embora a maternidade possa representar afeto, pertencimento e continuidade da vida, ela também é atravessada por dor, renúncia e violência histórica. No caso de Crispina, a perda do filho não anula sua experiência materna; ao contrário, ela ressignifica por meio do cuidado compartilhado. Ao amamentar o

sobrinho, a personagem desloca a maternidade do campo exclusivamente biológico para uma dimensão coletiva e ancestral, em que o cuidado com a criança ultrapassa os limites individuais e fortalece os laços comunitários entre mulheres negras. Assim, a ambivalência apontada por Collins manifesta-se na trajetória da personagem, cuja maternidade é simultaneamente marcada pela ausência, pela dor e pela potência do cuidado.

Assim como as gêmeas Crispina e Crispiniana, Maria Cabocla não faz parte do núcleo familiar de Salustiana e de Donana. Maria é uma mulher afro-indígena, chega à fazenda na companhia do marido e de seus muitos filhos. É uma mulher que sofre violência doméstica constantemente, a narradora Belonísia descreve a personagem Maria Cabocla de modo a evidenciar, com intensa sensibilidade, os efeitos físicos e emocionais dessa violência cotidiana à qual ela está submetida. Trata-se de uma violência que não se limita ao corpo individual, mas se espalha pelo espaço doméstico, atingindo os filhos e contaminando o núcleo familiar como um todo. A narração constrói, assim, uma imagem marcada pelo desgaste precoce, pelo abandono e pela precariedade, perceptíveis tanto na aparência de Maria Cabocla quanto no olhar das crianças que a cercam. Essas marcas revelam uma existência corroída por sucessivas camadas de opressão, como vemos no excerto a seguir:

Ela havia me dito, tempos atrás, que não tinha chegado aos trinta anos, mas parecia ter bem mais. Tinha muitos fios brancos entre o cabelo liso que parava na altura dos ombros. Seu rosto sempre reluzia à oleosidade do próprio corpo, o brilho se tornava mais intenso entre a luz e a sombra projetadas pelo candeeiro. Olhava as crianças ao redor da mãe [...] algumas pareciam com ela, outras com pai, mas todas sem distinção, carregavam as marcas de abandono: barriga grande, corpo frágil e, principalmente, a tristeza e medo, que recendiam em seus olhos pela rotina de violência que tinham na própria casa (Vieira Junior, 2019, p. 145).

Essa descrição ultrapassa o mero retrato físico e se converte em denúncia silenciosa. O corpo de Maria Cabocla surge como território em que a violência se inscreve de forma contínua, revelando o quanto a opressão se naturaliza e se perpetua no cotidiano dessas mulheres. Ao mesmo tempo, o olhar das crianças funciona como espelho desse ciclo de sofrimento, antecipando a reprodução de uma existência marcada pela negligência, pela fome e pelo medo. É nesse contexto que se evidencia a urgência e a relevância da atitude de Belonísia, que, ao intervir, rompe com o pacto do silêncio e se coloca como agente de resistência diante de uma realidade estruturada pela violência patriarcal e racial.

Nesse sentido, o pensamento de Sueli Carneiro (2019) contribui para aprofundar a compreensão dessa experiência. Ao discutir a violência contra a mulher, a autora questiona a ideia universalizante de “mulher”, apontando suas limitações históricas e políticas:

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva [...]. Fazemos parte de contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde em sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras, apresentam diferenças significativas em termo de saúde (Carneiro, 2019, p. 314-315).

A autora evidencia que o conceito universal de “mulher” frequentemente desconsidera as especificidades históricas, culturais e sociais das mulheres negras, cujas origens não se inscrevem no mito ocidental de Adão e Eva, mas em culturas africanas violentadas e marginalizadas pela colonização. Ao destacar que o mito da democracia racial apaga desigualdades concretas como a falta de registro da cor nos formulários de saúde, que inviabiliza a análise das condições específicas das mulheres negras, Carneiro denuncia um sistema que naturaliza a exclusão.

Em *Torto arado*, podemos dizer que essa invisibilização se materializa na experiência da personagem Maria Cabocla, cuja condição de mulher negra e pobre a coloca em uma posição de vulnerabilidade múltipla, marcada pela violência doméstica, pela precariedade e pela ausência de proteção institucional. Nesse sentido, a ação de Belonísia em defendê-la rompe, ainda que de forma pontual, com esse silêncio histórico, materializando a resistência contra um ciclo de opressões que o feminismo negro busca expor e combater. Ironicamente, pode-se dizer que esse silêncio é rompido por uma personagem que perde a língua, e corrobora, dessa forma, que a elaboração de estratégia dessa personagem se transforme no poder de suas expressões, na força de sua origem, pois neste outro trecho, Belonísia confronta o marido de Maria Cabocla de um jeito direto:

O homem gritou para que eu fosse embora, que cuidasse da minha vida [...]. Permaneci em pé, desafiando-o, para que viesse ele mesmo me arrancar para fora, porque não sairia com minhas próprias pernas. Ouvi de sua boca que respeitava muito meu pai, que era seu compadre, mas que não iria admitir desacato em sua própria casa [...]. Quando ele veio para cima para tentar me retirar dali à força [...]. Encostei a lâmina que escondia atrás de mim em seu queixo, olhando segura para seus olhos vermelhos e com veias que se espantaram ao ver minha reação [...] (Vieira Junior, 2019, p. 150).

Nesse instante, Belonísia deixa de ser apenas uma vizinha solidária e se transforma na encarnação de uma força ancestral, feita de silêncio, cicatrizes e memória, herança transmitida por Donana, sua avó.

Diante do peso da autoridade masculina, ela se mantém firme como uma raiz cravada na terra. A lâmina encostada no queixo do agressor não ameaça apenas o corpo dele, mas corta o pacto tácito que sustenta a violência cotidiana. Ao traçar essa linha invisível entre submissão e resistência, Belonísia afirma sua recusa em aceitar a naturalização do medo.

Nesse contexto, a atuação de Belonísia pode ser compreendida à luz do conceito de autodefinição, formulado por Collins (2019), segundo o qual mulheres negras, ao recusarem imagens e papéis impostos por sistemas de dominação, afirmam-se como sujeitos produtores de sentido e de conhecimento. Ao intervir na violência sofrida por Maria Cabocla, Belonísia rompe com as “imagens controladoras” que naturalizam a submissão, o silêncio e a passividade das mulheres negras e camponesas, redefinindo a si mesma não como espectadora impotente, mas como agente de resistência.

Mesmo privada da linguagem verbal, sua ação evidencia que a autodefinição não se limita à fala, mas se manifesta por meio do corpo, da memória e do gesto, constituindo uma prática política que desafia a lógica patriarcal e racial que sustenta a violência cotidiana. Assim, a personagem encarna uma forma de resistência que transforma a experiência vivida em afirmação subjetiva e coletiva, reafirmando a possibilidade de produção de saber a partir das margens. A recusa em aceitar essa naturalização da violência também se manifesta em sua própria trajetória conjugal. Ao refletir sobre a relação com Tobias, que foi um casamento baseado em opressão e violência também, Belonísia reconhece que sua escolha parecia seguir o curso esperado da vida de uma mulher camponesa, com poucas alternativas diante de si. No entanto, seu arrependimento não se liga ao desejo que sentiu, mas à violência que passou a sofrer.

Por isso, após ficar viúva, Belonísia se isola um pouco, mas vivencia um recolhimento reflexivo, no qual o silêncio se torna aliado. É nesse espaço que ela observa a si mesma e à comunidade de Água Negra, tecendo memória e pensamento a partir do trabalho manual, como podemos notar no seguinte trecho: “Quando sento quieta para costurar uma roupa velha ou levanto a enxada para devolvê-la ao chão, abrindo covas, arrancando as raízes das plantas, é que esse fio, que tem sido meu pensamento, vai se fazendo trama” (Vieira Junior, 2019, p. 170).

Belonísia entrelaça o trabalho manual com o ato de pensar e elaborar a própria história, transformando o fio do pensamento em sua trama de memória. O silêncio que a envolve não é sinal de isolamento passivo, mas um espaço de resistência e observação.

É também a partir do encontro com Maria Cabocla que se abre um campo fundamental para a compreensão da sexualidade de Belonísia. Marcada pelo silenciamento literal da língua e por sucessivas experiências traumáticas, ela descobre no toque feminino uma forma inédita de prazer e acolhimento. Como podemos notar na fala da própria Belonísia:

Maria cabocla pôs a pequena caixa de lado e se dirigiu a mim. Mesmo na penumbra da casa mal iluminada pelo candeeiro, vi suas mãos trêmulas, nodosas, se aproximarem de minha cabeça. “E você que ficou viúva cedo...que tristeza pode ser ficar desamparada, mas deve ser melhor que ficar como estou”, disse, retirando o lenço de minha cabeça, e senti uma onda quente percorrer meu corpo, deixando que seus dedos se emaranhassem nele. Senti um conforto que nunca havia sentido com o toque de qualquer pessoa [...] sem que voltasse meus olhos para encontrar os seus, deixei que ela afundasse as mãos em mim [...] passou a trançar o meu cabelo, usando o pente para desembaraçar os fios, e fazia tranças rentes ao couro cabeludo. Por um instante fechei os olhos para sentir melhor a ponta de seus dedos, que alternavam voltas entre falas e silêncios preenchidos apenas por sua respiração ofegante, em contraste com a minha, que estava cada vez mais lenta, como se me preparasse para dormir [...] durante muito tempo depois daquela noite, fechei os olhos para tentar sentir de novo Maria Cabocla (Vieira Junior, 2019, p. 147).

Percebemos, portanto, como a sexualidade de Belonísia se manifesta em um campo que vai além do ato sexual, sendo construída pela intimidade, pelo cuidado e pelo toque. A personagem, cuja vida carrega cicatrizes profundas, permite-se viver esse momento único. A experiência com Maria Cabocla evidencia que, mesmo marcada pelo silenciamento da língua e pelas violências sofridas ao longo da vida, ela encontra um espaço de prazer e liberdade em um gesto cotidiano que se transforma em erotismo e acolhimento.

O trançar dos cabelos, a sensação que se permite sentir, podemos dizer que simboliza, não apenas a ligação entre elas, mas também a possibilidade de viver uma sexualidade dissidente, delicada e libertadora, que rompe com a lógica patriarcal e com as formas de opressão que moldam sua existência, esse momento dialoga diretamente com o pensamento de Audre Lorde (2019), para quem o erótico constitui uma fonte profunda de poder:

Há muitos tipos de poder: os que são utilizáveis e os que não são, os reconhecidos e os desconhecidos. O erótico é um recurso que mora no interior de nós mesmas, assentado em um plano profundamente feminino e espiritual, e firmemente enraizado no poder de nossos sentimentos não pronunciados e ainda por reconhecer. Para se perpetuar, toda opressão deve corromper ou distorcer as fontes de poder inerentes à cultura das pessoas oprimidas, fontes das quais pode surgir a energia da mudança. No caso das mulheres, isso se traduziu na supressão do erótico como fonte de poder e informação em nossas vidas (Lorde, 2019, p. 71).

Audre Lorde argumenta que existem muitas formas de poder, mas que a opressão dirigida às mulheres historicamente buscou negar ou distorcer aquelas associadas ao feminino. Aproximando a perspectiva

da autora com a narrativa de *Torto arado*, podemos perceber o poder da narradora-personagem Belonísia em ser despertada pelo toque de Maria Cabocla. O que vemos, portanto, é como essas vidas marcadas por todas as formas de violência e opressão conseguem subverter essa lógica e experimentar, ainda que por um instante, o quão libertador pode ser tornarem-se donas de seus próprios corpos.

Diante disso, o erótico não deve ser compreendido apenas como sexualidade, mas como uma força interior, espiritual e emocional capaz de produzir prazer, autoconhecimento e transformação. É nesse sentido que Belonísia descobre em si a possibilidade de sentir algo que jamais experimentara na relação violenta e opressiva com Tobias. Esse despertar é mediado pela presença de Maria Cabocla, mulher afro-indígena cuja importância na narrativa reside não apenas na condição de vítima da violência doméstica, mas também em sua capacidade de oferecer cuidado, acolhimento e intimidade.

Por meio do toque delicado e do gesto cotidiano de trançar os cabelos, a personagem rompe com a lógica patriarcal que associa o corpo feminino à dor e à submissão, instaurando um espaço de afeto e resistência entre mulheres. Assim, a personagem afirma-se como uma mulher de muito afeto para Belonísia, ao revelar que mesmo em contextos marcados pela violência estrutural, o erótico pode emergir como potência de vida, de cumplicidade e como forma de insurgência silenciosa.

Notamos que as trajetórias das personagens Donana, Salustiana Nicolau, Crispina, Crispiniana, Maria Cabocla e Belonísia, aqui analisadas, evidenciam que, em *Torto arado*, a experiência das mulheres negras é atravessada por diferentes formas de violência, exploração e silenciamento, mas também por práticas contínuas de resistência, cuidado e preservação da vida coletiva. Cada uma dessas personagens, à sua maneira, enfrenta estruturas que buscam reduzir seus corpos à subalternidade – seja pelo trabalho exaustivo, pela violência doméstica, pelo apagamento de suas identidades, pela negação de seus saberes ou pelo controle sobre seus afetos e espiritualidades.

Contudo, longe de serem construídas apenas como vítimas, essas mulheres transformam a dor em força de permanência, criando estratégias de sobrevivência fundamentadas na ancestralidade, na solidariedade e na transmissão de saberes. Essas experiências dialogam diretamente com as reflexões de Nascimento (2021), ao afirmar que, no período colonial, a mulher negra foi reduzida a uma condição de exploração que lhe negava humanidade, sendo vista sobretudo como força produtiva para o trabalho doméstico e agrícola. Do mesmo modo, aproximam-se das considerações de Gonzalez (2020), ao observa que:

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização

da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica da patroa dentro do sistema de dupla jornada [...] (Gonzalez, 2020, p. 42).

Entretanto, as personagens femininas de *Torto arado* tensionam e subvertem essa lógica histórica de subalternização ao recusarem, ainda que dentro de limites impostos pela própria estrutura social, o lugar de silêncio e passividade que lhes foi destinado. A intervenção dessas mulheres manifesta-se de diferentes formas: no cuidado coletivo exercido por Donana e Salustiana Nicolau; na resistência simbólica e afetiva de Crispina e Crispiniana; na capacidade de Belonísia de enfrentar a violência e reivindicar para si o direito ao desejo, ao afeto e à memória; e na sobrevivência cotidiana de Maria Cabocla diante das múltiplas violências que atravessam sua existência. Em comum, todas compartilham estratégias de permanência construídas a partir da ancestralidade, da solidariedade comunitária e da preservação de saberes transmitidos entre gerações.

Nesse sentido, o romance de Itamar Vieira Junior desloca a representação tradicional da mulher negra na literatura brasileira, historicamente associada apenas ao trabalho servil, ao erotismo estereotipado ou à marginalidade, e passa a inscrevê-la como sujeito de memória, espiritualidade, desejo e resistência. Ainda que essas personagens estejam inseridas em um contexto de exploração e exclusão social, elas não aparecem reduzidas à condição de vítimas, pois elaboram formas próprias de enfrentamento diante das opressões de raça, classe e gênero que estruturam suas vidas.

Assim, a narrativa evidencia que a ação política feminina negra não elimina as marcas da violência histórica, mas emerge justamente da capacidade de sobreviver, resistir e construir possibilidades de existência dentro de uma realidade continuamente marcada pela desigualdade. Dessa forma, *Torto arado* reafirma a centralidade das mulheres negras como guardiãs da memória coletiva, da ancestralidade e das práticas de resistência que sustentam a continuidade da comunidade de Água Negra que, metaforicamente, representa todas as descendentes da “diáspora africana” no Brasil. Parte superior do formulárioParte inferior do formulário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das personagens femininas do romance *Torto arado* nos permite compreender que a capacidade de ação constitui um dos principais eixos de sustentação estética e política do romance. Ao construir uma narrativa centrada nas experiências de mulheres negras e quilombolas, Itamar Vieira Junior desloca representações historicamente cristalizadas na literatura brasileira, atribuindo centralidade a sujeitos que, por muito tempo, permaneceram silenciados ou relegados à marginalidade narrativa. Nesse

sentido, a obra evidencia que as opressões de raça, classe e gênero não atuam de maneira isolada, mas se articulam continuamente na constituição das trajetórias dessas personagens, produzindo experiências marcadas pela exploração, pela violência e pela exclusão social.

Contudo, o romance não reduz essas mulheres à condição de vítimas passivas. Ao contrário, Donana, Salustiana Nicolau, Crispina, Crispiniana e Maria Cabocla e Belonísia elaboram diferentes formas de resistência diante das estruturas históricas que buscam limitar suas existências. Essa intervenção manifesta-se, assim, tanto em ações explícitas de enfrentamento quanto em práticas cotidianas de cuidado, preservação da memória, transmissão de saberes ancestrais, fortalecimento dos vínculos comunitários e manutenção da espiritualidade coletiva. Essas experiências evidenciam que a resistência feminina negra, em *Torto arado*, se constrói sobretudo na permanência, na solidariedade e na capacidade de transformar a dor em estratégia de sobrevivência e continuidade.

A partir do diálogo com autoras dos estudos de gênero foi possível perceber que as personagens analisadas tensionam estruturas patriarcais, racistas e coloniais ao afirmarem suas subjetividades, seus afetos e seus modos próprios de existir no mundo. De tal modo, o romance aproxima-se das formulações interseccionais, ao demonstrar que a experiência das mulheres negras rurais é atravessada simultaneamente por múltiplas formas de opressão, mas também por múltiplas possibilidades de elaboração de autonomia e emancipação. Além disso, a diegese evidencia a importância da ancestralidade, da oralidade e da crença como elementos fundamentais na construção da identidade coletiva da comunidade da fazenda Água Negra. A terra, a memória e os saberes transmitidos entre gerações tornam-se instrumentos de resistência diante das tentativas de apagamento cultural e de expulsão territorial.

Compreendemos, portanto, que, ao conferir voz e protagonismo às mulheres negras quilombolas, o romance de Itamar Vieira Júnior promove uma releitura crítica das permanências coloniais na sociedade brasileira e evidencia que, mesmo em contextos marcados pela desigualdade estrutural, as personagens femininas elaboram estratégias capazes de afirmar a vida, preservar a memória coletiva e reivindicar o direito à existência e à cidadania plena. As experiências dessas personagens evidenciam que a emancipação não se configura como ruptura total com as estruturas de dominação, mas como um processo gradual de ampliação da autonomia, construído por meio da solidariedade, da memória coletiva, dos vínculos comunitários e da afirmação de suas identidades. O romance se consolida, portanto, não apenas como uma importante narrativa da literatura brasileira contemporânea, mas também como uma obra profundamente comprometida com a representação das experiências históricas e das formas de resistência da população negra no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilombola**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **O Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 301-310.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: *conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUARTE, Constância. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **O Pensamento Feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023. p. 23-42.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LORDE, Audre. Os usos do erótico: o erótico como poder. In: **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 67-76.

MARTINS, Catarina. **Mulheres, raça e etnicidades**: *introdução aos feminismos decoloniais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024.

MARIANO, Silvana; FERREIRA, Lina P.; TAVARES, Márcia. *Em busca de si: construindo agência e autonomia feminina em contextos de pobreza*. **Interações**, v. 25, n. 2, p. 2-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40509>. Acesso em: 30 abr. 2026.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Marcio Ferreira; APARECIDA, Silvana; FERREIRA, Lina Penati. Tecendo fios entre interseccionalidade, agência e capacidades na teoria sociológica. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v.

21, n. 3, p. 423–433, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40509>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SOUZA, Marcio Ferreira; APARECIDA, Silvana; FERREIRA, Lina Penati. Teorias sociais sobre agência: contribuições do feminismo negro e da abordagem das capacidades. In: **SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, 5., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 1-12.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.